

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202012/0814

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Activa

Nível Orgânico: Juntas de Freguesia

Orgão / Serviço: Junta de Freguesia de Mina de Água

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1205,08€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

carreira/categoria de Técnico Superior, para área administrativa, recursos humanos e contratação pública; com as seguintes funções, para além dos conteúdos funcionais correspondentes à carreira/categoria, nos termos estabelecidos no anexo à LTFP: designadamente, elaboração e acompanhamento de procedimentos de contratação pública; emissão de pareceres no âmbito do regime de contratação pública; gestão dos procedimentos na plataforma, garantindo o cumprimento dos prazos; elaboração e gestão de processos de contra-ordenação; gestão e acompanhamento do departamento de recursos humanos, garantindo a aplicação da Lei n.º 93/2014 de 20 de junho;

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Direito

Grupo Área Temática

Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Direito

Área Temática

Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Junta de Freguesia de Mina de Água	1	Praceta do Moinho da Boba, 10 - C		2700590 AMADORA	Lisboa	Amadora

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Praceta Moinho da Boba, n.º 10/C 2700-590 Amadora

Contacto: geral@jf-minadeagua.pt

Data Publicitação: 2020-12-29

Data Limite: 2021-01-13

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso 20949/2020 -Diário da Republica, Série II de 2020-12-24 parte H

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1.Nos termos do disposto no n.º 1 dos artigos 30.º e 33.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho, torna-se público que, na sequência da deliberação da Junta de Freguesia de 25 de novembro de 2020, se encontra aberto, pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, previsto e não ocupado no mapa de pessoal. 2. Para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º48/2014 de 26 de fevereiro, e artigo 24.º da Lei n.º 80/2013 de 28 de novembro, de acordo com o despacho do Secretário de Estado da Administração Local em 2014/07/17, "as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA) prevista naquela Portaria. 3. Local de trabalho: área da Freguesia Mina de Água 4.Caracterização dos postos de trabalho: carreira/categoria de Técnico Superior, para área administrativa, recursos humanos e contratação pública; com as seguintes funções, para além dos conteúdos funcionais correspondentes à carreira/categoria, nos termos estabelecidos no anexo à LTFP: designadamente, elaboração e acompanhamento de procedimentos de contratação pública; emissão de pareceres no âmbito do regime de contratação pública; gestão dos procedimentos na plataforma, garantindo o cumprimento dos prazos; elaboração e gestão de processos de contra-ordenação; gestão e acompanhamento do departamento de recursos humanos, garantindo a aplicação da Lei n.º35/2014 de 20 de junho; 5. Validade do procedimento concursal: o procedimento é válido para o posto de trabalho indicado e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. 6. Posicionamento remuneratório: De acordo com o n.º1 do artigo 38.º da Lei n.º35/2014 de 20 de junho o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública. 7. Requisitos de admissão previstos no artigo 17.º da Lei n.º35/2014 de 20 de Junho – podem candidatar-se todos os indivíduos que satisfaçam, cumulativamente, até ao termo do prazo de entrega da candidatura, fixado no presente aviso, os seguintes requisitos: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7.1. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 7.1.1. De acordo com o disposto no n.º 2 alínea f) do artigo 11.º da Portaria n.º125-A/2019 de 30 de abril, este procedimento concursal não é restrito aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado; 7.1.2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 30.º Lei n.º35/2014 de 20 de Junho, na sequência de deliberação da Junta de Freguesia datada de 5 de fevereiro de 2020, poder -se - á proceder ao recrutamento de trabalhadores com e sem vínculo público previamente estabelecida; 7.1.3. Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho

previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 8. Habilitações literárias: Licenciatura em Direito; 9. Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas em formulário de candidatura obrigatório, disponível na secretaria da Junta de Freguesia ou em www.jf-minadeagua.pt; 9.1. Só são admissíveis as candidaturas em suporte de papel; 9.2. As candidaturas podem ser remetidas pelo correio com aviso de receção para a Junta de Freguesia Mina de Água, Praceta Moinho da Boba n.º10/C - 2700-590 Amadora ou entregues, pessoalmente, na mesma morada, no seguinte horário: 9:00 -12:00 e das 14:00 às 17:00. 9.3. E deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos, sob pena de exclusão: a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias; b) Fotocópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão; c) Curriculum Vitae detalhado, atualizado e datado, devidamente assinado pelo requerente, mencionando nomeadamente a experiência profissional anterior relevante para o exercício de funções do lugar a concurso e ações de formação e aperfeiçoamento profissional frequentadas nos últimos três anos, com alusão à sua duração (nº de horas), devendo apresentar comprovativos de toda a informação mencionada, sob pena de não ser considerada para efeitos de Avaliação Curricular; d) Declaração do serviço onde se encontra a exercer funções públicas com indicação do tipo de vínculo, da carreira e categoria e classificação obtida nos últimos três anos a nível de avaliação de desempenho, quando aplicável. 9.4. Nos termos do Decreto-Lei n.º29/2001, de 3 de fevereiro e para efeitos de admissão ao concurso os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. 9.5. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 9.6. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 10. Métodos de seleção: 10.1. Nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 36.º da Lei n.º35/2014 de 20 de Junho, conjugado com o artigo 5.º da Portaria n.º125-A/2019 de 30 de abril, serão aplicados os seguintes métodos de seleção obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica ou Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, consoante o universo dos candidatos e ainda, nos termos do artigo 6.º/1 alínea a) da Portaria n.º125 -A/2019 de 30 de abril, e método de seleção complementar, Entrevista Profissional de Seleção. 10.2. A Prova de Conhecimentos, será uma prova escrita, de natureza teórica, de realização individual, com consulta da legislação em suporte de papel e duração de 60 min, sendo permitido a consulta de legislação em suporte papel, não comentada e/ou anotada (a considerar nas suas versões atualizadas, com todas as alterações sofridas desde a sua publicação inicial), e comportará as seguintes matérias e legislação: Código do Procedimento Administrativo (DL 4/2015 de 7 de janeiro); Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual); Lei n.º7/2009 de 12 de fevereiro (Código do Trabalho); Portaria n.º125-A/2019 de 30 de abril; Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação); Medidas de Modernização Administrativa (DL n.º135/99, de 22 de abril, na sua redação atual); Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual); Lei n.º169/99 de 18 de setembro, na redação atualizada- Autarquias Locais – competências e Regime Jurídico; Ilícito de mera ordenação social (DL n.º 433/82, de 27 de Outubro, na versão atualizada); Sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública e Autárquica (Lei n.º66 - B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual e Decreto -Regulamentar n.º18/2009, de 4 de setembro); POCAL- Plano oficial de contabilidade das autarquias locais (DL n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atualizada); Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º29/87 de 30 de junho, na versão atualizada); Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro; Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro; Estatuto da Aposentação (DL n.º498/72 de 9 de dezembro, na versão atualizada); DL n.º503/99 de 20 de novembro, na versão atualizada; Lei n.º50/2018 de 16 de agosto; DL n.º57/2019 de 30 de abril; Lei n.º52/2019 de 31 de julho; Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, na redação atual; Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016. 10.3. A Avaliação Psicológica destina-se a avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, sendo valorada nos termos do n.º 3 a) do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. 10.4. Avaliação Curricular (AC) — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação

académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. 10.5. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. 10.6. Método de seleção complementar: Entrevista Profissional de Seleção (EPS) — visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a entrevista, nomeadamente a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 10.7. Os candidatos aprovados nos métodos de seleção obrigatórios são convocados para a realização do método complementar através de uma das formas previstas no artigo 10.º da mesma portaria. 11. A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, considerando-se excluídos, nos termos do n.º 10 do artigo 9.º da Portaria n.º125-A/2019 de 30 de abril, os candidatos que obtenham uma pontuação inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte. 12. A ordenação final dos candidatos, que completem os procedimentos é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, que resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, tendo em conta as seguintes fórmulas: $OF = (PC \text{ ou } AC \times 0,45) + (AP \text{ ou } EAC \times 0,25) + (EPS \times 0,30)$ OF = Ordenação final PC = Prova de Conhecimentos AC = Avaliação curricular AP = Avaliação Psicológica EAC = Entrevista de Avaliação de Competências EPS = Entrevista Profissional de Seleção 13. Os candidatos aprovados nos métodos de seleção obrigatório são convocados para a realização do método complementar de acordo com o previsto no artigo 24.º da Portaria n.º125-A/2019 de 30 de abril; 14- De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 22.º da Portaria n.º125-A/2019 de 30 de abril, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da mesma portaria, para a realização da audiência dos interessados 15. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação da Junta de Freguesia é afixada em local visível e público das instalações da Junta de Freguesia e disponibilizada em www.jf-minadeagua.pt, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, informação sobre a sua publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. 16. Júri do concurso: Presidente: Andreia Patrícia Picoto Vieira Carriço Santiago, carreira e categoria de Técnico Superior da Câmara Municipal de Loures; Vogais efetivos: Rute Alexandra Braga Julião Simões, carreira e categoria de Técnico Superior, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Marinela Vieira Costa Gonçalves, carreira e categoria de Técnico Superior da Junta de Freguesia de Carnide; Vogais Suplentes: Margarida Maria Nunes da Silva Afonso, carreira e categoria de Técnico Superior da União de Freguesias de Cacém e São Marcos e Ana Carina Gomes Ribeiro Guimarães, carreira e categoria de Técnica Superior;

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Término da Oferta

Admitidos**Masculinos:****Femininos:****Total:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:**